
APRESENTAÇÃO

O livro “Processos psicossociais de exclusão social” traz dezesseis capítulos que fornecem uma análise diversa e integrada dos temas dos estereótipos, preconceitos, racismo e xenofobia. Ele é produto dos trabalhos de quatro grupos de pesquisa da UFS: Estudos em Linguagem, Interação e Sociedade – GELINS, Socialização das Atitudes Intergrupais e Racismo – GPSAIR, Normas Sociais, Estereótipos, Preconceito e Racismo – NSEPR e SeXus (Sexualidade, Saúde e Desenvolvimento Humano), e de mais quatro grupos de pesquisa de outras instituições do Brasil.

A leitura da realidade social proposta no livro adota perspectivas teóricas variadas. Temos, de um lado, a sociolinguística, com a ênfase no uso da linguagem nas comunidades falantes, e, de outro, a psicologia social e do desenvolvimento, com ênfase nos processos grupais e intergrupais. Entretanto, existem significativas simetrias ontológicas e epistemológicas entre essas perspectivas, ao ponto de as tornarem complementares.

A matriz da sociolinguística pode ser encontrada nos trabalhos de Mikhail Bakhtin (1895-1975), para quem a forma da língua se vincula às ideologias, expressando uma luta entre forças antagônicas, de forma que: “os gêneros do discurso estão vinculados a modos sociais de interação verbal constituídos

historicamente” (Severo, 2009, p. 269). Por sua vez, a matriz da psicologia social adotada é da integração de níveis de análise, desde o intrapsíquico, passando pelo interpessoal e intragrupal, para chegar no intergrupalo e ideológico (Doise, 1982). Em termos epistemológicos, as duas perspectivas também se aproximam, confluindo para análises “animadas pela paixão da investigação e pela preocupação com a intervenção” (Vala & Monteiro, 1996, p. 9).

Os textos promovem discussões teóricas e agregam dados de pesquisa sobre os mais variados aspectos dos processos psicossociais envolvidos na exclusão social de minorias, também muito diversas. São estudados os estereótipos de “usuários” e “traficantes” de drogas, de mulheres e de negros, tais quais os que são veiculados nos livros didáticos, com destaque para aqueles que ameaçam a escolha profissional e a performance cognitiva. O racismo é analisado na infância, nas escolas e nas falas de professores, na sua relação com as ideologias, especificamente da meritocracia. O sexismo é estudado tanto em pesquisas quase experimentais, quanto em análises de conteúdo de palavras-tabu na leitura. A xenofobia dos brasileiros em relação a latino-americanos é também investigada. Os estigmas do trabalho doméstico e a construção de identidades, regionais e masculina, são discutidos, e, por fim, a inclusão social de idosos e envelhescentes é promovida.

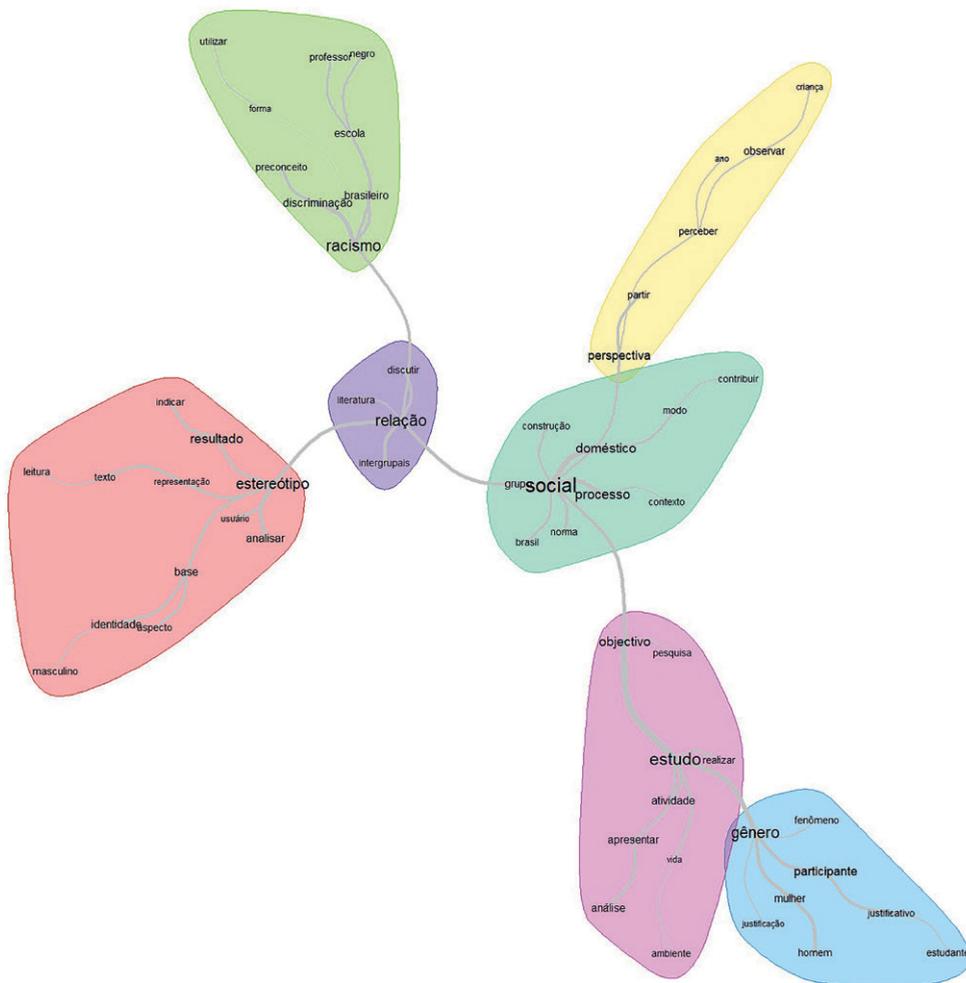
O objeto de análise deste livro é a exclusão social. Trata-se de um termo polissêmico de difícil definição. Em linhas gerais, entendemos a exclusão social como um processo dinâmico, multidimensional, por meio do qual se nega aos indivíduos, seja pela raça, etnia, gênero, idade, região, profissão, dentre outros pertencimentos sociais, o acesso a oportunidades e direitos que lhes permitam viver dignamente (Alvino-Borba & Mata-Lima, 2011). Os estereótipos são entendidos como estruturas cognitivas que contêm nossos conhecimentos e expectativas, bem como determinam nossos juízos e avaliações sobre os grupos humanos e seus membros (Hamilton & Trolie, 1986). O preconceito é concebido como uma atitude-em-contexto que expressa uma avaliação desfavorável de pessoas porque elas pertencem a grupos que são negativamente estereotipados (Allport, 1954; Eagly & Diekman, 2008). O racismo é abordado como uma ideologia, incorporada em práticas ou encarnada em comportamentos, tornados implícitos enquanto “preconceitos” ou explícitos em atos de fala, discriminações e restrições de acesso (Taguieff, 2001), que se dirige contra grupos percebidos de forma essencializadora. A xenofobia é considerada nas suas dimensões de ódio ao “estrangeiro” que implica discriminação direta, hostilidade e violência.

As análises empreendidas sobre os quatro mecanismos de exclusão social (estereótipos, preconceito, racismo e xenofobia) se amparam tanto em teorias clássicas da psicologia social, como as da identidade social e das representações sociais, quanto em teorias mais recentes, a exemplo da teoria da ameaça dos estereótipos, da socialização do preconceito na infância, as novas teorias do preconceito, abordagem comunicativa na perspectiva intercultural, dentre outras.

Uma análise dos dezesseis resumos dos capítulos, através do *software Iramuteq*, permite encontrar 84 segmentos de texto (UCE), 2872 ocorrências, 831 formas, sendo que 501 delas apareceram apenas uma vez no corpus. Selecionando as formas com no mínimo cinco ocorrências no *corpus*, excluindo preposições e conjunções, podemos ver, numa análise de similitude, a formação de cinco eixos semânticos mais destacados e dois em intersecção.

Os halos coloridos mostram um eixo dos trabalhos cujo núcleo figurativo é o racismo, onde aparecem “escola”, “professores”, “preconceito”, “negro”, “discriminação” e “brasileiro”. O eixo dos estereótipos foi orbitado por termos como “texto”, “representação”, “identidade” e “masculino”. Temos ainda um eixo híbrido, que integra os núcleos figurativos “estudos” e “gênero”, claramente empírico, habitado por termos como: “atividade”, “análise”, “participante”, “mulher” e “homem”. Um quarto eixo, também híbrido, integrando “perspectiva” a “social”, onde aparecem as palavras “processo”, “doméstico”, “contexto”, “grupo” e “construção”. Finalmente, no centro da representação temática do livro, temos o campo da “relações intergrupais”, juntamente com “literatura” (ver Figura 1). Esse é, sem dúvida, um bom mapa do que o leitor poderá encontrar neste livro. Em seguida, sumariaremos os capítulos de forma mais detalhada.

Figura 1- Análise de Similitude do conteúdo dos resumos dos capítulos do livro.



Fonte: Elaborada pelos Organizadores.

O livro se inicia com uma discussão teórica, na qual Marcus Eugênio O. Lima analisa possibilidades de integração dos modos de compreensão da Teoria das Representações Sociais (RS) e da Cognição Social (CS) sobre os estereótipos. O autor adota na sua argumentação quatro postulados que estruturam o capítulo. Ele propõe que são comuns os pressupostos fundamentais das duas perspectivas: i) o solo onde se formam as representações e as cognições é o mesmo, o dos julgamentos sociais e dos processos de construção da realidade social; ii) o contexto de formação e difusão das cognições e representações é

idêntico, o das relações intergrupais; iii) o objeto das duas perspectivas também é o mesmo, os processos de significação do ambiente social a fim de torná-lo previsível, manejável e familiar; e iv) os principais conceitos dessas duas perspectivas são intercambiáveis e complementares (atitudes, crenças, opiniões, valores, representações sociais e ideologias).

No segundo capítulo, Yuri Sá Oliveira Sousa, Luiza Hughes Barreto, Agnes Cristine Mendes e Elza Maria Techio discutem a relação entre a construção social do campo das drogas e a difusão de estereótipos e representações sobre “usuários” e “traficantes”. Os autores procedem a uma análise lexical de 4025 matérias de jornal sobre crimes violentos cometidos contra usuários de drogas, operações policiais de repressão ao tráfico e a traficantes em territórios marginalizados, políticas socioassistenciais dirigidas a usuários em situação de vulnerabilidade e relatos de pessoas envolvidas com os eventos noticiados. Os resultados evidenciam conteúdos que reforçam estereótipos negativos sobre as categorias dos usuários e traficantes de drogas, contribuindo para naturalizar processos de violência e exclusão social.

No capítulo 3, Rayane Araújo Gonçalves e Isabel Cristina Michelan de Azevedo, analisando o livro didático “Bem-vindo! A Língua Portuguesa no mundo da comunicação”, discutem a relação que a língua e a cultura estabelecem na sociedade, além de tratar dos aspectos constitutivos da formação de estereótipos. As autoras observam que o material se preocupa em não divulgar estereótipos negativos, visto haver poucos exemplos nas atividades, mas, por outro lado, revela um reducionismo cultural que fica marcado na restrita imagem do brasileiro materializada no livro didático.

O papel do conteúdo dos estereótipos na discriminação de gênero é analisado no capítulo 4 por Andreza Conrado Conceição, Ana Karolyne Florencio Amorim e Cícero Roberto Pereira. Com base em dados de uma pesquisa empírica, os autores verificam que são atribuídos um maior salário e mais traços de competência intelectual positivos a uma pessoa fictícia de sexo masculino que a outra de sexo feminino. Esse fenômeno se associou com a elaboração de justificativas para a discriminação e não foi influenciado pelo grau de sexismo dos participantes. Os autores discutem esses achados à luz do modelo da discriminação justificada e da literatura sobre os processos de legitimação das desigualdades sociais.

Israel Jairo dos Santos, no capítulo 5, discorre sobre a teoria da ameaça dos estereótipos. O autor realiza uma revisão da literatura na qual focaliza os mecanismos que emprestam aos estereótipos do endogrupo um caráter amea-

çador, tais como a categorização social, a identidade social e os processos cognitivos. O autor salienta o impacto psicológico e de performance que a ameaça do estereótipo produz, o que resulta, muitas vezes, na própria confirmação da estereotipia do grupo. Conclui-se enfatizando a importância de mais investigações e intervenções sobre os impactos negativos que a estereotipia exerce sobre a cognição social nas relações intergrupais.

Os estereótipos também afetam as escolhas profissionais. Este é o objeto do capítulo 6, escrito por Erica Karine Santana Santos e Elder Cerqueira-Santos, que procedem a uma revisão integrativa da produção científica brasileira sobre a relação entre gênero e escolha profissional e de carreira. Os autores chegam a duas conclusões principais: existem poucos estudos recentes acerca do tema e, mais importante, os estudos existentes mostram diferenças de gênero em diversas facetas na área da orientação profissional e de carreira.

No capítulo 7 são aprofundados aspectos da ideologia de gênero na sua relação com a divisão do trabalho doméstico familiar. Raianne Silva Calixto e João Wachelke analisam o modo como os papéis sociais de gênero operam ideologicamente para promover a manutenção de relações assimétricas de poder. Os dados foram coletados numa pesquisa envolvendo 955 adultos, que, por meio de uma entrevista estruturada, indicaram as atividades domésticas que deveriam ser realizadas pelo homem, pela mulher ou por ambos. Os autores verificam indícios de um conflito entre uma ideologia tradicional, ligada à dominação masculina no âmbito doméstico e outra igualitária decorrente da luta feminista.

O processo de inclusão da população negra no contexto escolar é analisado no capítulo 8 por Daniela Melo da Silva Carvalho e Patrícia Modesto Matos. As autoras consideram quatro dimensões de análise: i) a inserção da população negra na educação básica brasileira; ii) a discriminação na escola; iii) os aspectos legais sobre as questões raciais na escola e iv) a função da escola no enfrentamento ao racismo. Na conclusão é destacado que, embora a legislação educacional venha buscando promover uma educação antirracista, ainda existe uma escassez de pesquisas nacionais sobre os efeitos dessas mudanças no enfrentamento do racismo nas escolas.

A temática do racismo na escola é retomada no capítulo 9, por Joana dos Santos, Dalila Xavier de França e Ueliton Santos Moreira-Primo, que investigam os processos de socialização do racismo na perspectiva de professores do ensino fundamental dos Estados da Bahia e de Sergipe. Os professores relatam que não se sentem preparados em termos de conteúdo para lidar com questões étnico-raciais em sala de aula e que também não se sentem

responsáveis pela socialização étnica dos seus alunos e apenas eventualmente fazem referência ao tema do racismo nas suas aulas. Os autores enfatizam a importância desses achados, considerando que a escola, por ser um espaço fértil de reprodução de racismo, preconceito e discriminação, deveria ser entendida pelos seus agentes como local estratégico de combate dessas formas de exclusões sociais.

No capítulo 10, Dalila Xavier de França, Khalil da Costa Silva, Izy Rebecka Gomes Lima e Yasmim Nascimento de Oliveira investigam os efeitos da internalização das noções de justiça, a percepção do ponto de vista do outro e a norma social antirracista sobre a expressão do racismo. Utilizando os postulados da teoria da mente num estudo com crianças de cinco a nove anos de idade, os autores concluem que: i) as crianças percebem o ponto de vista dos outros já aos cinco anos de idade; ii) os negros são discriminados, principalmente pelas crianças mais novas; iii) as crianças mais capazes de perceber a perspectiva do outro são mais igualitárias; e iv) aos cinco anos, a maioria das crianças foi capaz de compreender as normas de justiça da necessidade, do mérito e da igualdade.

Em um conjunto de estudos, no capítulo 11, Iara Andrade de Oliveira, Luciana Maria Maia e Tiago Jessé Souza de Lima analisam o racismo, o preconceito e a discriminação contra estudantes universitários cotistas. Através de cenários que simulavam a contratação de um candidato a uma vaga de emprego, verifica-se que embora as informações que os participantes receberam sobre o candidato (se cotista social, racial ou não-cotista) não tenham afetado diretamente a intenção de contratar, as justificativas dos participantes para contratar ou não o candidato indicaram uma associação entre crenças sobre a meritocracia, racismo e justificação da discriminação.

Bruno Felipe Marques Pinheiro, Luara Carvalho Fontes Menezes e Raquel Meister Ko. Freitag apresentam, no capítulo 12, um estudo em que observam o efeito das palavras-tabu e de gênero na situação de leitura. Para isto, consideram que as palavras-tabu de cunho sexual na leitura são evidenciadas pela quebra na compreensão do texto por meio do tempo de leitura, da presença de metadiscorso e de disfluências. Ao mesmo tempo, a leitura de palavras-tabu de participantes universitários tem efeito de gênero: as mulheres são mais sensíveis às palavras de natureza sexual do que os homens. O estudo revela a importância da observação de pistas indiretas em situações de controle, como em tarefas de leitura de palavras-tabu sexual, contribuindo com o desenvolvimento de estratégias de estudo para o desvelamento do preconceito.

No capítulo 13, a xenofobia e o discurso de ódio são analisados na tríplice fronteira (Argentina-Brasil-Paraguai). Jocenilson Ribeiro, baseando-se teórica e metodologicamente nos estudos discursivos, analisa as condições de emergência de discurso contrário à presença do estrangeiro no Brasil. O *corpus* foi constituído por textos verbais e não verbais selecionados de *blogs*, portais de comunicação e notícias e redes sociais. As conclusões indicam que a xenofobia se mantém aliada ao fenômeno do racismo sistêmico e estrutural emergindo nos discursos como trauma e como memória silenciada da cultura brasileira que, historicamente, esteve vinculada à imagem de sociedade hospitaleira e cordial.

A identidade social é analisada por Charles Vinicius B. de Souza no capítulo 14. De forma específica, as identidades sertaneja e masculina foram investigadas numa amostra de estudantes do sertão sergipano. Os resultados encontrados indicaram que as representações identitárias sobre o sertanejo foram caracterizadas por traços que enfatizam a força, trabalho e resiliência, imagem associada às representações compartilhadas no imaginário popular do sertão e seu povo. Sobre a identidade masculina, foi perceptível uma constituição ligada à manutenção da estrutura patriarcal, reafirmando a superioridade masculina em detrimento do feminino. O autor conclui afirmando a permanência de resquícios de uma identidade regional que institui a masculinidade como pilar central das formas de autoidentificação.

Uma breve história da formação dos estigmas associados ao trabalho doméstico e a legislação atinente a ele é apresentada por Noemia Alice Nery Lobão Cruz no capítulo 15. A autora procura estabelecer uma relação entre aspectos sócio-históricos presentes desde a época da colonização e da escravidão no Brasil até os dias atuais, com a formação de uma representação estigmatizadora do trabalho doméstico. As associações da cor negra, do sexo feminino e das noções de trabalho desqualificado para a construção do objeto “trabalho doméstico” são discutidas ao longo do texto, com base em contribuições de teorias psicossociais sobre processos de exclusão social.

Finalmente, depois de termos pesquisado e analisado várias formas de exclusão contra vários tipos de minorias ao longo do livro, no último capítulo, Maria Augusta Rocha Porto e Verônica de Barros Santos, trazem uma proposta efetiva de inclusão social de envelhescentes e idosos, a partir da participação em atividades sociais voltadas para a construção de um novo estilo de vida. As autoras conduzem um projeto de inclusão social através de atividades de aprendizado de uma língua estrangeira. Os resultados indicam que foi construída uma ideia

de continuidade da vida em que o ambiente doméstico não é o destino daqueles que estão fora da vida produtiva.

A elaboração e publicação deste livro só foram possíveis pelo apoio que recebemos da Universidade Federal de Sergipe, que permitiu a centralização dos esforços de organização do material que integram os capítulos, pela colaboração dos colegas de outras instituições, que nos enviaram seus capítulos e pelo apoio do Programa de Estímulo ao Aumento da Efetividade dos Programas de Pós-Graduação em Sergipe (PROEF), Edital 11/2016 da Fapitec (Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe) e da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que financiaram a publicação do material. Manifestamos nossos agradecimentos aos colegas que integram esse livro e às instituições que o financiaram, desejando que sua leitura contribua para a investigação e intervenção nos processos de exclusão social.

